

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.139 - SP
(2019/0322078-2)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL
BARRA FUNDA - DIPO 4 - SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 10A VARA CRIMINAL DE
CURITIBA - PR
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

O JUÍZO DE DIREITO DO FORO CENTRAL CRIMINAL BARRA FUNDA – DIPO 4 – SÃO PAULO – SP suscita conflito de competência diante do **JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE CURITIBA – PR**, em autos de inquérito policial deflagrado para apurar suposta prática de estelionato.

O Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal de Curitiba – PR declinou da competência porque, em sua ótica, ela se firmaria pelo local onde houve a obtenção da vantagem e, no caso, "foram realizados em diversas localidades, mas nenhum deles nesta Comarca" (fls. 163-164).

O Juízo de Direito do Foro Central Criminal Barra Funda – Dipo 4 – SP, por sua vez, suscitou este conflito de competência, sob o fundamento de que "[a]té o momento, apurou-se que quatro vítimas realizaram transferências para as contas indicadas pelos estelionatários, sendo que três delas residem e mantém conta na Comarca de Curitiba/PR" (fls. 181-184).

Ouvido, manifestou-se o Ministério Público Federal pelo conhecimento do conflito, para que seja declarado competente o Juízo suscitado (fls. 193-195).

Decido.

A competência firmada somente pelo local em que a vítima sofre o prejuízo ocorre quando não é possível juízo de certeza sobre o local onde o agente obteve a vantagem. Na espécie, como se observa, houve um esquema fraudulento que envolveu diversas vítimas, as quais

eram enganadas por falsos sites de leilões virtuais e efetuavam transferências bancárias para os estelionatários.

Decerto que não há, relativamente aos acusados, juízo de certeza quanto ao local do efetivo recebimento do dinheiro pago pelas vítimas, sobretudo pelo número de envolvidos (vítimas e agentes). A única certeza é a de que a maior parte delas possuía conta bancária em Curitiba – PR.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*: "No caso de transferências bancárias (TEDs), a competência para a apuração do delito é do Juízo do local da agência bancária da vítima, porque a consumação ocorre quando o numerário é retirado do banco sacado para a transferência. Precedentes da Terceira Seção: CC 158.703/DF, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 27/8/2018 e CC 166.009/SP, de minha relatoria, DJe 9/9/2019" (CC n. 168.077/SP, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, DJe 30/10/2019).

Precisas, ainda, as ponderações do Ministério Público Federal, quando assinalou (fl. 195): "[a]lém disso, conforme bem destacado pelo juízo suscitante, nessa mesma cidade foram realizadas a maior parte das operações, sendo este o juízo competente para processar e julgar o feito, nos termos do artigo 78, inciso II, do CPP".

À vista do exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal de Curitiba – PR**, ora suscitado.

Publique-se. Dê-se ciência aos Juízos suscitante e suscitado.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**